



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2387 Terça-feira 21 de Dezembro de 2010.

Poder Executivo

Lei

LEI Nº 6.546, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a autorização Legislativa para DESAFETAÇÃO de duas áreas caracterizadas como parte da Rua Tapejara com 4.025,40m² e parte da Rua Ypê com 1.374,00 m², localizadas no Loteamento denominado Parque Residencial Cidade Alta, zona urbana desta cidade, e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a DESAFETAR duas áreas caracterizadas como parte da Rua Tapejara com 4.025,40m² e parte da Rua Ypê com 1.374,00 m², localizadas no loteamento denominado Parque Residencial Cidade Alta, zona urbana desta cidade, com as seguintes características, limites e confrontações:

I - Uma área de terreno para construção com 4.025,40 m² parte da Rua Tapejara que foi excluída entre as quadras 10,11,18 e 19 conforme averbação 02, de 12 de abril de 1983, da matrícula 9.937 de 08 de julho de 1980, que atualmente esta localizada entre a Rua Guararapes e as antigas quadras 18 e 19 atualmente terras da Eletronorte situada no Parque Residencial Cidade Alta, zona urbana de Rondonópolis:

a) com frente para a Avenida Paulista, medindo 14,55 metros; com fundos para Rua das Seringueiras, medindo 15,00 metros; com lado direito para a Rua Guararapes, medindo 273,00 metros e lado esquerdo para as antigas quadras 18 e 19 atualmente terras da Eletronorte e para área a ser desafetada, medindo 275,35 metros.

II - Uma área de terreno para construção com 1.374,00 m² parte da Rua Ypê que foi excluída entre as quadras 10, 11, 18 e 19 conforme averbação 02, de 12 de abril de 1983, da matrícula 9.937/1980, que atualmente está localizada entre a Rua das Seringueiras e as antigas quadras 10 e 18 atualmente terras da Eletronorte, situada no Parque Residencial Cidade Alta, zona urbana de Rondonópolis:

a) com frente para Rua das Seringueiras, medindo 91,60; com fundos para as antigas quadras 10 e 18 atualmente terras da Eletronorte, medindo 91,60 metros; com lado direito para terras da Eletronorte, medindo 15,00 metros e lado esquerdo para a área a ser desafetada, medindo 15,00 metros.

Parágrafo único Parte das referidas áreas tem por finalidade a destinação ao SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, para construção de um poço

artesianos, e de um Posto de Saúde da Família - PSF, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Rondonópolis, 17 de dezembro de 2010; 95º da Fundação e 57º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL _____ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO
Vice-Prefeita _____ Marília Salles
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social _____ Neuma de Moraes
Secretaria Municipal de Administração _____ Gerson Araujo de Oliveira
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. _____ Valdir Correa
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. _____ Valdemir Castilho Soares
Secretaria Municipal de Educação _____ Marilda Soares Rufino
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer _____ Susan Meire Moretti Binha
Secretaria Municipal de Finanças _____ Adão Nunes
Secretaria Municipal de Governo _____ Milton Gomes da Costa
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo _____ Ronaldo Sندی Iticava Uramoto
Secretaria Municipal de Meio Ambiente _____ Lindomar Alves da Silva
Secretaria Municipal de Planejamento _____ Antonio Augusto Miranda
Secretaria Municipal de Receita _____ Regina Celi Marques Ribeiro
Secretaria Municipal de Saúde _____ Valdecir Feltrin
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano _____ Rodrigo Lugli
Procuradoria Geral do Município _____ Efraim Alves dos Santos
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis _____ Darci Lovato
Diário Oficial do Município _____ Anna Clara Quintana
IMPRO _____ Josemar Ramiro e Silva
SANEAR _____ Terezinha Silva Souza
ServSaúde _____ Vilmondes Aprigio da Silva Luz

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa
Diário Oficial: Anna Clara Quintana
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral retirada no balcão	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

LEI Nº 6.547, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a instituição do Programa de Incentivo Fiscal para Pagamento de Tributos Municipais denominado "Refis", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo Fiscal para Pagamento de Tributos Municipais denominado "Refis", com a finalidade de fomentar o adimplimento de créditos tributários, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas relativos a tributos municipais, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os saldos de créditos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não cumprido integralmente.

Parágrafo único Para efeito desta Lei serão contemplados exclusivamente os seguintes Tributos: IPTU, ISSQN, Taxas de Licença e Contribuição de Melhoria.

Art. 2º Serão concedidos descontos nos seguintes casos:

I - redução de 100% (cem por cento) de multa e juros de mora, relacionados com os créditos tributários devidos em decorrência da legislação tributária municipal, cujo pagamento seja efetuado à vista;

II - redução de 90% (noventa por cento) de multa e juros de mora, relacionados com os créditos tributários cujo pagamento poderá ser efetuado em até 24 parcelas iguais e sucessivas;

III - redução de 70% (setenta por cento) de multa e juros de mora, relacionados com os créditos tributários cujo pagamento poderá ser efetuado em até 48 parcelas iguais e sucessivas;

§ 1º Nos parcelamentos previstos neste artigo, o valor das parcelas não poderá ser inferior a R\$ 30,00 (trinta reais) para créditos relativos a IPTU; e parcela não inferior a R\$ 100,00 (cem reais) para os demais créditos descritos no Parágrafo Único do artigo 1º.

§ 2º Não farão jus aos descontos descritos no artigo 2º as multas acessórias referentes às penalidades e infrações estabelecidas nas alíneas "a", "b" e "c", do Inciso II; "b", "d" e "e", do Inciso III; "i" e "k", do Inciso IV; "a" e "b" do VI; "a", "b" e "c", do Inciso VII, todas no Art. 91, da Lei 1800/90.

Art. 3º A adesão ao programa poderá ser proposta pelo interessado até o dia 30 de abril de 2011, implicando em renúncia a qualquer outra forma de parcelamento anteriormente ajustada.

Art. 4º O contribuinte inadimplente em 03 (três) parcelas, consecutivas ou não, perderá os benefícios do Programa, dele não podendo mais se beneficiar; sendo efetuada a dedução dos valores pagos e ficando sujeito às normas da Lei Municipal nº 1800/90.

Art. 5º Não serão restituídas, no todo ou em parte, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente à vigência desta Lei, no intuito de gerar direito aos benefícios da mesma.

Art. 6º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Ato do Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 15(quinze) dias contados de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 30 de abril de 2011.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº 4476/2005 e 4479/2005 e suas alterações.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 17 de dezembro de 2010; 95º da Fundação
e 57º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município

LEI Nº. 6.548, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para pagamento de abono natalino aos médicos e enfermeiros plantonistas do Hospital Dr. Antônio Santos Muniz, Pronto Atendimento Pediátrico e no Centro de Nefrologia, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a efetivar pagamento de abono natalino aos médicos e enfermeiros plantonistas que prestam serviços no Hospital Dr. Antônio Santos Muniz, Pronto Atendimento Pediátrico e no Centro de Nefrologia, referente ao ano de 2010, na seguinte forma.

Art. 2º Fica instituído que o abono natalino aos médicos, assim como o acordado junto SINDEMED - MT - Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso no ano de 2009, terá o valor base de R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais), referente à produção máxima de 220 plantões realizados no decorrer do ano de 2010, ou seja, por cada plantão realizado será pago o valor de R\$ 14,55 (Quatorze reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 3º Aos enfermeiros será pago o abono natalino no valor base de R\$ 1.242,00, sendo o máximo de 144 plantões no decorrer do ano, ou seja, o valor de R\$ 8,63 (Oito reais e sessenta e três centavos) por plantão realizado durante o ano de 2010.

Art. 4º Fica instituído que cada médico e enfermeiro receberá, proporcionalmente, conforme o número de plantões realizados e o valor do abono, de acordo com os Artigos 2º e 3º respectivamente.

Art. 5º As despesas decorrentes correrão por conta de dotação orçamentária do Orçamento em vigor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 17 de dezembro de 2010; 95º da Fundação e
57º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município

LEI Nº. 6.548, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para pagamento de abono natalino aos médicos e enfermeiros plantonistas do Hospital Dr. Antônio Santos Muniz, Pronto Atendimento Pediátrico e no Centro de Nefrologia, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a efetivar pagamento de abono natalino aos médicos e enfermeiros plantonistas que prestam serviços no Hospital Dr. Antônio Santos Muniz, Pronto Atendimento Pediátrico e no Centro de Nefrologia, referente ao ano de 2010, na seguinte forma.

Art. 2º Fica instituído que o abono natalino aos médicos, assim como o acordado junto SINDEMED - MT - Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso no ano de 2009, terá o valor base de R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais), referente à produção máxima de 220 plantões realizados no decorrer do ano de 2010, ou seja, por cada plantão realizado será pago o valor de R\$ 14,55 (Quatorze reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 3º Aos enfermeiros será pago o abono natalino no valor base de R\$ 1.242,00, sendo o máximo de 144 plantões no decorrer do ano, ou seja, o valor de R\$ 8,63 (Oito reais e sessenta e três centavos) por plantão realizado durante o ano de 2010.

Art. 4º Fica instituído que cada médico e enfermeiro receberá, proporcionalmente, conforme o número de plantões realizados e o valor do abono, de acordo com os Artigos 2º e 3º respectivamente.

Art. 5º As despesas decorrentes correrão por conta de dotação orçamentária do Orçamento em vigor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 17 de dezembro de 2010; 95º da Fundação e
57º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município

LEI Nº 6.549, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Veda cobrança de pagamento de taxa para o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD nas festas religiosas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica vedada a cobrança de taxa para o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, em festas promovidas por entidades religiosas, de caráter gratuito, e realizados nos terrenos de sua propriedade ou adjacências.

Art. 2º A entidade religiosa fica obrigada a comunicar o ECAD e ao Poder Executivo Municipal, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, a realização do evento.

Parágrafo único Na comunicação ao órgão fiscalizador, deverá constar o caráter do evento, a autorização do Poder Público para realização do respectivo evento, caso seja necessário, e a citação da Lei que veda a cobrança.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 17 de dezembro de 2010; 95º da Fundação e
57º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município

Decreto

DECRETO Nº 6.079, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010.

Estabelece o Calendário para o Exercício Fiscal de 2011, define percentuais para desconto e prazos para recolhimento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei...

DECRETA:

Art. 1º O recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública – CIP, dos imóveis territoriais (terrenos sem edificações) do Exercício Fiscal de 2011, poderá ser efetuado em parcela única ou em até 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas, de acordo com o especificado nas Tabelas I e II:

TABELA I

CALENDÁRIO FISCAL DE 2011	
PARCELAS	DATA DE VENCIMENTO
ÚNICA	14/03/2011
1ª PRIMEIRA	14/03/2011
2ª SEGUNDA	14/04/2011
3ª TERCEIRA	16/05/2011
4ª QUARTA	14/06/2011
5ª QUINTA	14/07/2011
6ª SEXTA	15/08/2011
7ª SÉTIMA	14/09/2011
8ª OITAVA	14/10/2011

TABELA II

PARCELAMENTO	
VALORES	NÚMERO DE PARCELAS
ATE R\$ 30,00	PARCELA ÚNICA
DE R\$ 30,01 ATE R\$ 60,00	02 PARCELAS
DE R\$ 60,01 ATE R\$ 90,00	03 PARCELAS
DE R\$ 90,01 ATE R\$ 120,00	04 PARCELAS
DE R\$ 120,01 ATE R\$ 140,00	05 PARCELAS
DE R\$ 140,01 ATE R\$ 170,00	06 PARCELAS
DE R\$ 170,01 ATE R\$ 200,00	07 PARCELAS
ACIMA DE R\$ 200,00	08 PARCELAS

Art. 2º Serão concedidos os descontos a seguir especificados para o pagamento do IPTU do exercício de 2011:

Parágrafo Único Para os contribuintes que estiverem quites com o IPTU até 22/12/2010:

a) de 20% (vinte por cento) para pagamento em PARCELA ÚNICA do IPTU, até 14/03/2011 para os imóveis prediais e territoriais;

b) de 10% (dez por cento) do IPTU para os imóveis prediais e territoriais para pagamento em até 03 (três) parcelas mensais e consecutivas, em conformidade com as Tabelas I e II deste decreto.

c) de 5% (cinco por cento) do IPTU para os imóveis prediais e territoriais para pagamento em até 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas, em conformidade com as Tabelas I e II deste decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 13 de dezembro de 2010; 95º da Fundação
e 57º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado
no DIORONDON.

EFRAIM ALVES DOS SANTOS
Procurador Geral do Município

Portaria

PORTARIA Nº. 012/2011

Dispõe sobre a nomeação da Comissão para análise dos pedidos de Remoção dos profissionais da Educação, para o ano letivo de 2011.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, MARILDA SOARES RUFINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º-Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão que fará análise dos pedidos de remoção dos profissionais da Rede Municipal de Ensino, conforme Normativas 006/2010 e 007/2010, no período de 21/12/10 a 22/12/10.

NOME	SEGMENTO
Ana Maria Domingos Marques	Departamento de Administração Escolar
Edilene Reis Machado	Departamento de Ensino Fundamental
Orliene Honório de Souza	Departamento de Recursos Humanos
Carmem Garcia Monteiro	Departamento de Planejamento
Raílda Nunes Ferreira Beneveduto	Departamento de Infra-Estrutura
Jaide M. de Oliveira Dantas Rocha	Divisão de Gestão e Formação Continuada do Ensino Fundamental
Eliane Garcia Monteiro	Departamento de Educação Infantil
Maria de Lourdes F. Cadidê	01 Membro do SISPMUR
Adilson Alves Ferreira	01 Membro do Conselho Municipal

Art.2º- Os critérios da remoção a serem adotados pelos membros da Comissão acima designados estão disposto nos artigos: 33,34 e 35 da Instrução Normativa 006/10 e artigos 35,36 e37 da Normativa 007/10.

Art.3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art.4º-Revogam-se todas as disposições em contrário.

Rondonópolis, 15 de dezembro de 2010.

MARILDA SOARES RUFINO
Secretária Municipal de Educação

Profª Marilda Soares Rufino
Secretária Municipal de Educação

Licitação

CANCELAMENTO DA DISPENSA N.º 89/2010

FICA CANCELADO A DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 89/2010, DEVIDO O PROCESSO NÃO TER SIDO FINALIZADO DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO.

Rondonópolis, 21/12/2010.


LEANDRO ARDUINI
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Poder Legislativo Portaria

CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PORTARIA N.º 214 - DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.

HÉLIO ROBERTO PICHIONI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e seguindo as instruções do REGIMENTO INTERNO (Resolução 376 - de 28 de Dezembro de 2001) desta Casa de Leis,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias aos servidores infra-relacionados, a serem gozados no período de 01 a 30 de dezembro de 2010.

Servidores (as)	Cargo	Período Aquisitivo
Altamiro Severino Maia	Assessor parlamentar	01/1/2009 a 31/10/2010
Antonio Soares Martins	Assessor adm. de gabinete	01/1/2009 a 31/10/2010
Célio da Silva Vieira	Assessor parlamentar	01/1/2009 a 31/10/2010
Claudionor Santos Pereira	Assessor parlamentar	01/1/2009 a 31/10/2010
Denilson Roberto S. de Oliveira	Coord. de orçamento e finanças	02/01/2009 a 01/01/2010
Edna Estevan de Souza	Assessora parlamentar	01/1/2009 a 31/10/2010
Iracy Araújo da Fonseca	Assessora parlamentar	01/1/2009 a 31/10/2010
Iraní Teixeira Martins	Assessora adm. de gabinete	03/1/2009 a 02/11/2010
José Martins Gomes	Assessor adm. de gabinete	01/1/2009 a 31/10/2010
Lazaro Jose da Silva	Assessor adm. de gabinete	01/1/2009 a 31/10/2010
Luiz Carlos Silva Gonçalves	Assessor parlamentar	01/1/2009 a 31/10/2010
Manoel Abílio de Andrade	Assessor adm. de gabinete	01/1/2009 a 31/10/2010
Sônia Macedo Rodrigues	Assessora parlamentar	01/1/2009 a 31/10/2010
Telma Alves de Souza Bitencourt	Chefe de gabinete	01/1/2009 a 31/10/2010

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.


Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.


REGISTRE-SE

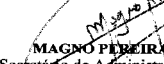
PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
Rondonópolis - MT, 01 de dezembro de 2010.


HÉLIO ROBERTO PICHIONI
Presidente


ANANIAS MARTINS DE SOUZA FILHO
1º Secretário


MAGNO PEREIRA DA SILVA
Secretário de Administração e Patrimônio



CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PORTARIA N.º 215 - DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010.

HÉLIO ROBERTO PICHIONI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e seguindo as instruções do REGIMENTO INTERNO (Resolução 376 - de 28 de Dezembro de 2001) desta Casa de Leis,

Considerando a *Seção X Artigo 102 da Lei n.º 1.752 - de 17/08/90* que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis, das Autarquias e Fundações Municipais;

Considerando a *Seção 3 Artigo 7º - Inciso II da Resolução n.º 468/2008 - de 23/12/08* que dispõe sobre a Reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Rondonópolis - MT.

RESOLVE:


Artigo 1º - CONCEDER 90 (noventa) dias de licença-prêmio a Sra. MARIA RAQUEL GARCIA, na função de Auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria de Administração, referente ao período aquisitivo de *18/06/2003 a 17/06/2008*, a serem gozadas no período de **01 de dezembro de 2010 a 28 de fevereiro de 2011**.


Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.


Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
Rondonópolis - MT, 01 de dezembro de 2010.


HÉLIO ROBERTO PICHIONI
Presidente


ANANIAS MARTINS DE SOUZA FILHO
1º Secretário


MAGNO PEREIRA DA SILVA
Secretário de Administração e Patrimônio



CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PORTARIA N.º 216 - DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010.

HÉLIO ROBERTO PICHIONI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e seguindo as instruções do REGIMENTO INTERNO (Resolução 376 - de 28 de Dezembro de 2001) desta Casa de Leis,

Considerando a *Seção III Artigo 88 da Lei n.º 1.752 - de 17/08/1990* que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis, das Autarquias e Fundações Municipais;

Considerando o *Artigo 1º da Lei n.º 5.614 - de 15/12/2008* que dispõe sobre a aprovação da LICENÇA MATERNIDADE de 06 meses ao Servidor Público.

Considerando o Atestado Médico assinado pela *Dra. Isabel Martins Sousa Moraes CRM n.º 645 - MT - TEGO 0282/2001*, datado em 06 de agosto de 2010;

RESOLVE:

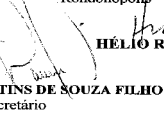
Artigo 1º - PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias a licença-maternidade da **Sra. MARCIA MARIELE SILVÉRIO DE SOUSA**, servidora comissionada na função de Assessora de Comunicação, lotada na Secretaria de Administração, a serem gozadas no período de **02 de dezembro de 2010 a 30 de janeiro de 2011**.


Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.


Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
Rondonópolis - MT, 02 de dezembro de 2010.


HÉLIO ROBERTO PICHIONI
Presidente


ANANIAS MARTINS DE SOUZA FILHO
1º Secretário


MAGNO PEREIRA DA SILVA
Secretário de Administração e Patrimônio



CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PORTARIA Nº. 217 - DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010.

HÉLIO ROBERTO PICHIONI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e seguindo as instruções do REGIMENTO INTERNO (Resolução 376 - de 28 de Dezembro de 2001) desta Casa de Leis,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a Sra. CRISTYANE SILVA NUNES do cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO, lotada na Secretaria de Administração.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.


Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
Rondonópolis - MT, 02 de dezembro de 2010.


HÉLIO ROBERTO PICHIONI
Presidente


ANANIAS MARTINS DE SOUZA FILHO
1º Secretário


MAGNO PEREIRA DA SILVA
Secretário de Administração e Patrimônio



CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PORTARIA Nº. 218 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010.

HÉLIO ROBERTO PICHIONI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e seguindo as instruções do REGIMENTO INTERNO (Resolução 376 - de 28 de Dezembro de 2001) desta Casa de Leis,

Considerando o Ofício 001/2010 expedido pelo vereador *Milton Gomes da Costa*, datado em 06 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Sr. ENEZIO MACHADO VIEIRA para exercer o cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de CHEFE DE GABINETE, Símbolo CTG 01, onde será lotado no gabinete do edil **Milton Gomes da Costa**.

Artigo 2º - Nomear a Sra. ADRIANA KIMURA para exercer o cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de ASSESSORA ADMINISTRATIVA DE GABINETE, Símbolo CTG 02, onde será lotada no gabinete do edil **Milton Gomes da Costa**.

Artigo 3º - Nomear a Sra. VALÉRIA DE ALMEIDA ESTÁCIO NUNES para exercer o cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de ASSESSORA ADMINISTRATIVA DE GABINETE, Símbolo CTG 02, onde será lotada no gabinete do edil **Milton Gomes da Costa**.

Artigo 4º - Nomear o Sr. GERVASIO SOUZA OLIVEIRA para exercer o cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de ASSESSOR ADMINISTRATIVO DE GABINETE, Símbolo CTG 02, onde será lotado no gabinete do edil **Milton Gomes da Costa**.

Artigo 5º - Nomear o Sr. BENEVENUTO BATISTA para exercer o cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de ASSESSOR ADMINISTRATIVO DE GABINETE, Símbolo CTG 02, onde será lotado no gabinete do edil **Milton Gomes da Costa**.

Artigo 6º - Nomear o Sr. MARLON MOUSALEM para exercer o cargo em comissão de livre nomeação e exoneração de ASSESSOR PARLAMENTAR, Símbolo CTG 03, onde será lotado no gabinete do edil **Milton Gomes da Costa**.

Em
branco